

LULA CONFIRMA AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 1.320 EM MAIO

FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



“Estamos aumentando o salário mínimo para R\$ 1.320 em maio e vamos recuperar a regra em que o salário, além da reposição inflacionária, terá o crescimento do PIB, porque é a forma mais justa de distribuir o crescimento da economia”, escreveu, em publicação nas redes sociais.

O PRESIDENTE Luiz Inácio Lula da Silva confirmou nesta quinta-feira (16) que o governo vai aumentar o salário mínimo para R\$ 1.320 em maio, valor abaixo dos R\$ 1.343 defendidos pela CTB e as demais centrais sindicais. Na mesma ocasião, segundo Lula, deve ser divulgada a nova faixa de isenção do Imposto de Renda, que passará de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.640. Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.302, conforme medida provisória editada em meados de dezembro pelo governo anterior. O valor considera a variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescido de ganho real de aproximadamente 1,4%.

Entretanto, o valor aprovado pelo Congresso Nacional no Orçamento Geral da União de 2023 é de R\$ 1.320, mas, para entrar em vigor, depende de uma nova medida provisória do Executivo. A preocupação do governo é com a insuficiência de recursos para bancar o novo valor e uma proposta está sendo negociada pela equipe econômica. Apesar de a Emenda Constitucional da Transição ter assegurado R\$ 6,8 bilhões para o salário mínimo de R\$ 1.320, a forte liberação de aposentadorias e pensões do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) nos últimos meses do ano passado resultou em um impacto fiscal maior que o previsto. Vários benefícios sociais e trabalhistas, como o seguro-desemprego, abono do PIS/Pasep, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e outros, também são atrelados ao piso nacional, devendo ser corrigidos. **Leia mais em: ctb.org.br.**

MAIS DE 30 MILHÕES DE CRIANÇAS VIVEM NA POBREZA

Enquanto o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, faz pouco caso da situação econômica do país e insiste em manter os juros básicos nas alturas (13,75%), beneficiando o mercado e travando a retomada do crescimento com geração de pleno emprego e distribuição de renda, milhões de crianças brasileiras são jogadas na pobreza.

Atualmente, 32 milhões de jovens até 17 anos – ou seis em cada 10 – vivem de forma precária no Brasil, segundo estudo da Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Além da renda, a pesquisa leva em conta a negação de direitos básicos, como educação, moradia, água, saneamento e acesso à informação.

No caso da alimentação,



Foto Divulgação

o contingente de crianças e adolescentes privados da renda necessária para fazer refeições adequadas chegou a 13,7 milhões em 2021. Em 2020, era 9,8 milhões, um salto de quase 40%. Já na educação, após anos em queda, a taxa de analfabetismo dobrou de 2020 para 2022 – passando de 1,9% para 3,8%.

A falta de moradia também cresceu. Aproximadamente um em cada 10

crianças e adolescentes vive em moradia inadequada no Brasil – viver em uma casa com quatro pessoas por dormitório, ou cujas paredes são de material inadequado, como madeira aproveitada. Outras 3,4 milhões não têm acesso a água.

O cenário deixado pela política ultraliberal dos governos Temer e Bolsonaro é delicado e mostra a necessidade de retomar as políticas públicas, urgentemente.

População de rua cresceu 38% com Bolsonaro



Foto Divulgação

Fruto de um governo que massacrrou a população pobre, pesquisa feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) aponta que cresceu em 38% o índice de pessoas em situação de rua com Bolsonaro.

Em números, a estimativa é de que 281.472 brasileiros vivam atualmente nas ruas. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo são os estados com maior número de pessoas sem moradia.

A falta de renda e de oportunidade de trabalho estão entre os fatores que mais contribuem para o cenário. Além disso, as pessoas em situação de rua ficaram fora do Censo Demográfico 2022, feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), contribuindo para uma falta de elaboração de políticas públicas voltadas para essas pessoas.

Desmatamento cai no primeiro mês com Lula



Foto Divulgação

Reflexo da pauta da defesa ambiental do governo Lula, a área agregada de desmatamento na Amazônia Legal foi de 167 quilômetros quadrados em janeiro, queda de 61% em relação ao registrado em janeiro do ano passado, quando chegou a 430 quilômetros.

De acordo com o Inpe (Instituto de Pesquisas

Espaciais), esse acumulado de alertas é quarto menor da série histórica, que começou em 2015. Já no entre 2019 e 2022, durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro, o cenário era outro. Muito diferente. O aumento do desmatamento e consequência da alta emissão de gases de efeito estufa causaram uma perda de R\$ 1,02 trilhão.

Para mudar a situação, o atual governo do país já adotou as primeiras operações contra o desmatamento ilegal, como a força nacional que está ajudando a combater incêndios florestais e queimadas na região e apoiando as ações de fiscalização e repressão de crimes ambientais.

Vale lembrar que a Amazônia Legal possui uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados, correspondente a 59% do território brasileiro, que é formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.